

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIII/2.^a SL

Aos 15 dias do mês de dezembro de 2016, pelas 14 horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 40/XIII/2.^a (GOV) - "Aprova a Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna" - Relator: Deputado António Filipe (PCP);**
 - **Projeto de Lei n.º 317/XIII/2.^a (PAN) - "Assegura o direito à autodeterminação de género" - Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);**
3. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Projeto de Lei n.º 315/XIII/2.^a (PSD) - "Converte em definitivas e permanentes as reduções nas subvenções públicas para o Financiamento dos Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais, e nos limites máximos das despesas de campanha eleitoral";**
 - **Projeto de Lei n.º 331/XIII/2.^a (CDS-PP) - "Altera a Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais) consagrando reduções definitivas nas subvenções públicas para o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais e nos limites máximos das despesas de campanha eleitoral";**
 - **Projeto de Lei n.º 336/XIII/2.^a (PCP) - "Reduz o financiamento público aos partidos políticos e às campanhas eleitorais";**
4. **Nova apreciação na generalidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Projeto de Lei n.º 245/XIII/1.^a (CDS-PP) - "Altera o Código Penal, dispensando de queixa o crime de violação de obrigação de alimentos e agravando as respetivas penas";**
 - **Projeto de Lei n.º 246/XIII/1.^a (CDS-PP) - "Altera o Código Civil, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de exposição ou abandono ou de omissão de obrigação de alimentos";**
5. **Discussão dos Projetos de Resolução n.os 551/XIII/2.^a (PCP) - "Curso extraordinário do CEJ para magistrados do Ministério Público", e 555/XIII/2.^a (BE) - "Recomenda ao Governo a abertura, em 2017, de um curso extraordinário do Centro de Estudos Judiciários para a formação de 100 novos magistrados do Ministério Público (nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do RAR)";**
6. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
 - **Petição n.º 175|XIII|1.^a - Solicita uma alteração legislativa para que seja estabelecido um tempo máximo para a decisão sobre a admissibilidade das petições entregues na Assembleia da República;**
 - **Petição n.º 176|XIII|1.^a - Autonomização dos princípios gerais da transparência e anticorrupção como garante da efetivação de direitos e liberdades fundamentais.**
 - **Petição n.º 185|XIII|2.^a - Responsabilização Criminal de Aníbal Cavaco Silva;**
 - **Petição n.º 190|XIII|2.^a - Reconhecimento da profissão de polícia como "profissão de desgaste rápido" e alteração dos Estatutos da PSP;**
 - **Petição n.º 192|XIII|2.^a - Solicita uma alteração legislativa com vista à criação de uma incompatibilidade, no âmbito das eleições para os órgãos autárquicos, e à fixação de prazo de inelegibilidade para cargo político e para o exercício de cargo público, em virtude de condenação em ação judicial;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIII/2.^a SL

- Petição n.º 204|XIII|2.^a - Solicitam a revogação da pena de prisão aplicada a Maria de Lurdes Lopes Rodrigues;
- Petição n.º 209|XIII|2.^a - Requerem a intervenção do Presidente da Assembleia da República com vista à salvaguarda do direito constitucional de acesso ao direito e aos tribunais de pessoas coletivas e singulares.
- 7. **Apreciação e votação de relatórios finais de Petições, designadamente de todas aquelas cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;**
- 8. **Apreciação e votação das atas n.ºs 8 a 13/XIII/2.^a (correspondentes às reuniões da Comissão de 2 a 30 de novembro);**
- 9. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
- 10. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

| Iniciativa legislativa | Título | Conexão | Relator nomeado |
|------------------------------------|---|---|----------------------------------|
| PJL 335/XIII/2. ^a (PSD) | Regime de responsabilidade penal por comportamentos suscetíveis de afetar a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade desportiva | <u>Conexão com a 12.^a Comissão</u> | Deputado José Manuel Pureza (BE) |

PROJETO DE RESOLUÇÃO

| N.º AUTOR | ASSUNTO | DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO |
|------------------------------------|--|--|
| PJR 570/XIII/2. ^a (PSD) | Recomenda ao Governo a abertura, em 2017, de um curso extraordinário do Centro de Estudos Judiciários para a formação de 100 novos magistrados do Ministério Público | Discussão em Plenário |

No segundo ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 40/XIII/2.^a \(GOV\)](#) - "Aprova a Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna", que foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS/PP e do PEV, após a sua apresentação pelo Relator, Senhor Deputado António Filipe (PCP).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIII/2.^a SL

Foi adiada, a pedido da Relatora, a apresentação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 317/XIII](#).

Adiado o terceiro ponto da ordem do dia para a reunião a ter lugar no dia seguinte, sexta-feira, às 9h, a requerimento do Grupo Parlamentar do BE com a anuência dos demais, no pressuposto, assinalado pelo Grupo Parlamentar do PCP, de todos os Grupos Parlamentares estarem em condições de consensualizar o agendamento da votação final global para a sessão plenária que teria lugar imediatamente a seguir. A este propósito, os Senhores Deputados Telmo Correia (CDS/PP) e Luís Marques Guedes (PSD), não obstante terem manifestado disponibilidade para a votação, observaram não se poder presumir que os direitos regimentais não possam ser usados por decisão das Direções dos Grupos Parlamentares, sendo apenas função dos Deputados da Comissão fazer a votação do texto na especialidade, deixando-o em condições para a sua votação final em Plenário. O Senhor Presidente afirmou partilhar da preocupação relativa à possibilidade de um consenso para a votação, manifestada pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP), na sequência da sua perplexidade relativamente à não realização, na sessão plenária de 7 de dezembro, da votação final global da Proposta de Lei n.º 30/XIII, por falta de consenso, muito embora a Comissão tivesse reunido expressamente para esse efeito e todos os Grupos Parlamentares tivessem participado ativamente na discussão e votação na especialidade.

Foi também adiada a nova apreciação, constante do quarto ponto da ordem do dia, dos Projetos de Lei n.ºs [245/XIII/1.^a \(CDS-PP\)](#) - "*Altera o Código Penal, dispensando de queixa o crime de violação de obrigação de alimentos e agravando as respetivas penas*" e [246/XIII/1.^a \(CDS-PP\)](#) - "*Altera o Código Civil, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de exposição ou abandono ou de omissão de obrigação de alimentos*", por não ter ainda sido recebido o parecer solicitado ao Conselho Superior do Ministério Público e por, segundo os proponentes, não haver urgência absoluta na nova apreciação.

O quinto ponto da ordem do dia foi também adiado, para reagendamento na reunião da Comissão da reunião ordinária da semana seguinte, a pedido dos proponentes dos

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIII/2.^a SL

Projetos de Resolução n.ºs [551/XIII](#) e [555/XIII](#), tendo em vista uma discussão substancial, com tempo, da matéria de que eram objeto.

Em seguida, foram aprovadas por unanimidade as notas de admissibilidade das seguintes Petições, que foram admitidas:

- 175|XIII|1.^a - *Solicita uma alteração legislativa para que seja estabelecido um tempo máximo para a decisão sobre a admissibilidade das petições entregues na Assembleia da República* – Relatora nomeada: Deputada Andreia Neto (PSD);

- 176|XIII|1.^a - *Autonomização dos princípios gerais da transparência e anticorrupção como garante da efetivação de direitos e liberdades fundamentais* – Relator nomeado: Deputado António Gameiro (PS);

- 190|XIII|2.^a - *Reconhecimento da profissão de polícia como "profissão de desgaste rápido" e alteração dos Estatutos da PSP* - Relatora nomeada: Deputada Sandra Cunha (BE);

e 192|XIII|2.^a - *Solicita uma alteração legislativa com vista à criação de uma incompatibilidade, no âmbito das eleições para os órgãos autárquicos, e à fixação de prazo de inelegibilidade para cargo político e para o exercício de cargo público, em virtude de condenação em ação judicial fundamentais* – Relator nomeado: Deputado José Silvano (PSD).

A petição n.º 209|XIII|2.^a - *Requerem a intervenção do Presidente da Assembleia da República com vista à salvaguarda do direito constitucional de acesso ao direito e aos tribunais de pessoas coletivas e singulares* foi parcialmente admitida, nos termos propostos na respetiva nota de admissibilidade, também aprovada por unanimidade, tendo sido nomeada sua Relatora a Senhora Deputada Carla Tavares (PS).

Aprovadas por unanimidade as respetivas notas de admissibilidade, foram indeferidas liminarmente as Petições n.º 185|XIII|2.^a - *Responsabilização Criminal de Aníbal Cavaco Silva* e 204|XIII|2.^a - *Solicitam a revogação da pena de prisão aplicada a Maria de Lurdes Lopes Rodrigues*.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 8 a 13/XIII/2.^a (correspondentes às reuniões da Comissão de 2 a 30 de novembro).



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 18/XIII/2.^a SL

Não havendo pareceres da Subcomissão de Ética para apreciar e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas e 5 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 18/XIII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Morais
Carla Tavares
Francisca Parreira
Jorge Lacão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Jamila Madeira
José Luís Ferreira
Paulo Rios de Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Abreu Amorim
Vânia Dias da Silva